

“Descentralizar” e “regionalizar” na questão dos fogos é essencial, defendem especialistas

29 de Maio, 2023

Em Portugal, os incêndios são muito regionais e têm características muito específicas, pelo que adaptar os territórios a cada realidade é essencial. Esta foi a posição defendida pelos especialistas na conferência da E-REDES.

“Temos um histórico de incêndios muito regionalizado e é preciso adaptar esse conhecimento às ocupações compatíveis”, diz **João Torres, investigador do ForestWise**, destacando que, por exemplo, “não pode haver regras que se alocam ao Minho e a Castro Verde. Isso não existe”.

Quem também parece concordar com a mesma ideia é **Paulo Pereira, diretor operacional da NBI (Natural Business Intelligence)**, que defende algo “a todos os níveis”, já que a política não chega: “Por isso, uma regionalização da gestão florestal é óbvia”. Tão importante nesta questão dos fogos, segundo o diretor operacional da NBI, é haver uma “política territorial”, defendendo que o ecossistema sem o Homem perde mais de metade da biodiversidade: “É a parte mais importante e nisso todas as infraestruturas, E-REDES ou Ferrovia, contribuem ativamente para a biodiversidade”. Ao nível de benefícios ecológicos, o responsável fala já em bons resultados: “A maior parte das espécies valiosas estão na interface. Todas estas intervenções são muito benéficas a um nível surpreendente”. E nesta equação é “importante haver pessoas no território e pessoas a viver desse território”, sustenta.

As espécies compatíveis

De acordo com a lei, as ocupações compatíveis são feitas ao nível da comissão sub-regional e, por isso, com um cardápio de soluções alternativas, mas só depois do conhecimento da mecânica do fogo: “É para isso que estamos aqui a criar faixas de gestão de combustível e tudo isso tem que entrar na avaliação que a Comissão sub-regional deverá ter, quando tiver propostas de criação de usos compatíveis para determinado tipo de faixas”, defende **João Pinho, diretor nacional de gestão do Programa de Fogos Rurais do ICNF**, chamando a atenção para a questão da descentralização na decisão, em que, “dentro das baias que estão inscritas naquilo que é o regulamento, podemos ter capacidade de decisão. Em todas as regiões, há técnicos muito bons na gestão do fogo, quer na administração central, câmaras municipais, nas empresas ou associações de defesa do ambiente”, refere o responsável, frisando que se deve “utilizar esse conhecimento para definir a nível local essas possibilidades em cada caso concreto. Se nos queremos focar na espécie, temos de perceber o seu comportamento no âmbito do fogo, pois todas elas (espécies) têm uma estratégia muito específica”, frisa.

Já Paulo Pereira, diretor operacional da NBI, considera que o grande problema das espécies compatíveis é que tudo tem de ser feito a uma escala “quase

agrícola”. No entanto, a realidade da E-REDES é outra e é preciso “aprender a geri-la”.

Já João Torres, investigador do ForestWise, acredita que pode haver algum tipo de retorno através da extração de derivados : “Os modelos de gestão só vão ser à espécie quando existir aproveitamento económico, ou seja, as pessoas tirarem rendimento”.

A E-REDES promoveu esta quarta-feira, 24 de maio, uma conferência centrada na gestão da vegetação e biodiversidade. O Salão Nobre da Tapada de Mafra serviu de palco para vários especialistas debaterem as oportunidades práticas da gestão e conservação e da vegetação para a biodiversidade, bem como o de ser um agente ativo de mudança nesta área.